

ARTIGOS

A FRAGILIDADE DA EXCEÇÃO

TARSO GENRO
Ex-governador do Estado



A gravidade da crise é, também, a sua fragilidade. Porque a sua força mais demolidora da economia, das relações de socialidade necessárias à democracia, da tolerância entre os contrários – reguladas pela moral e pelo Direito – está contida na crise política. Enganam-se os que pensam que, mitigada a situação econômica do país – coerente com o que ocorre no mundo –, a sociedade estaria pacificada e a paz democrática voltaria a um momento de razoabilidade. O desenvolvimento que aguçava diferenças é um estímulo ao conflito, e o convívio democrático, sem repartição de renda, tem fôlego curto.

A possibilidade do uso da força, inclusive da força política, é a essência de qualquer Estado. Na democracia, porém, nenhuma legitimação do uso dessa força é possível, sem que ela venha do contrato originário, fundador do Estado, que é dado pelo “poder constituinte”. Portanto, os efeitos benéficos da resolução de uma crise não dependem só da solução que se dá à economia, mas, principalmente, pela forma com que ela é recebida na subjetividade coletiva. O uso oportunista da crise – para relegar a Constituição à condição de papel inútil – pode quebrar o país ao meio.

Se os dois fundamentos que

alimentam a crise atual forem identificados – mesmo que por acordo – como, o primeiro, o fato de a presidenta não ter cumprido o que apresentou como programa no processo eleitoral, e o segundo, como a instauração de uma “exceção” na ordem constitucional, para derrubar o governo eleito (pela via de um falso “impeachment”) poderemos ter um bom começo. Esses dois motivos da crise podem ser removidos: o primeiro, pela

Golpe é criar um clima de ferocidade política contra uma das facções em dissenso sobre o futuro do país

apresentação de um “programa emergencial” de retomada do crescimento e do emprego, pelo governo; e o segundo – por parte da oposição – pela desistência do “impeachment”.

Um processo de “impeachment” efetivamente não é um “golpe”, o que é golpe é criar um clima de ferocidade política contra uma das facções em dissenso sobre o futuro do país, utilizando o instrumento da

Constituição para depor, sem crime de responsabilidade, um governo democraticamente eleito. A “exceção” começa a ser corrigida pelo Supremo, a campanha massiva da mídia dominante começa a ser impugnada por grande parte da inteligência democrática do país, e os sucessores – na fila – para assumir a Presidência não são, para dizer o mínimo, recomendáveis para harmonizar a nação e mesmo para continuarmos, dentro da Constituição, o combate à corrupção.

A fragilidade da crise também está evidente, porque ela tem solução política, sem destruir o contrato originário que está inscrito na Constituição de 1988. Não nos atormentemos com as ondas de impropérios que, além das preciosas informações, também transitam nas redes. O nada modesto Herman Melville, ao deparar com o argumento, à sua época, de que nenhum americano – até então – igualara Shakespeare, objetou que isso não ocorreria porque estaria nascendo um americano – “neste momento” – que iria superá-lo. Quem sabe, a nossa cidadania, pelas suas lideranças democráticas de todas as cores, “neste momento”, faz nascer um outro exemplo para as democracias da América e do mundo: naveguemos, com o barco da Constituição, até as eleições de 2018.

O PAÍS QUE SE EXPLODA

ABRAHÃO FINKELSTEIN
Empresário de Turismo



Toda vez que a presidente se dirige à nação, informa que não renunciará e não permitirá que haja golpe. Fala com aquele seu jeito de quem manda no pedaço e não tem nenhuma obrigação para com o país. Fala em retomada do crescimento, sem mencionar que durante seu governo destruiu a economia, matou a Petrobras e promoveu o maior rombo de toda a história das contas públicas. Para ela, tudo normal, fruto de circunstâncias que passam longe de sua desastrada incompetência.

Sabe muito bem que não conta com o apoio da população, mas chuta que isso é fruto da manipulação da mídia comprometida e de setores reacionários que não aceitam sua

vitória nas eleições passadas. Golpistas! A presidente segue o que Lenin ensinou – “chame seus adversários daquilo que você é”.

A pau e corda, num auxílio-manifestação turbinado com cachê e mortadela, junta contingente inexpressivo de pessoas que dão a exata proporção do apoio e da rejeição que tem nas ruas. Também isso não a abala, porém.

Apela a seu criador para poder sair do buraco onde se meteu e promove um comício permanente nas dependências do palácio do governo onde figuras inexpressivas e bizarras ameaçam os demais brasileiros com guerra nas ruas e invasões de propriedades. Tudo sob o olhar benevolente de quem de-

veria preservar as instituições e garantir a segurança da população. Como chegamos a este descabro? Como um partido se adona do Estado e ameaça a população? Que desvario é esse que põe sob suspeita até a mais alta corte da nação?

A encruzilhada onde nos encontramos vai definir que país seremos a partir de agora. Se os políticos não tiverem seu momento de grandeza e compromisso com o futuro das pessoas que nasceram aqui e amam o Brasil, tudo estará perdido. Um Venezuelão cubano é o que estará no horizonte próximo e não haverá volta. Iremos para a rabeira da civilização, fazer companhia às mais atrasadas sociedades.

Não merecemos.

FRAGA

INTERINO

gilmarr.fraga@zerohora.com.br



O chargista Lotti está em férias



RBS BRASÍLIA

Carolina Bahia

carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

Veja outras colunas em zerohora.com/carolinabahia

Infiéis perdem cargos

O governo **Dilma** começou a castigar os deputados infiéis. Parlamentares de partidos da base que já declararam voto a favor do impeachment estão perdendo cargos nos Estados. É o caso do petebista **Luiz Carlos Busato** (RS). Um dia depois de ser fotografado abraçado a um pixuleco, na leitura do relatório do impeachment, foi publicada a exoneração do superintendente do Inmetro, **Paulo Ricardo Osório**. Busato foi avisado de que o

superintendente do Ministério da Agricultura, **Luciano Maronezi**, será o próximo afastado. A retaliação não se limita ao Rio Grande do Sul. A articulação política do Planalto faz um pente-fino nos cargos de segundo e de terceiro escalões. Na sequência, essas vagas serão ofertadas a quem assegurar votos pró-Dilma. A votação do impeachment no plenário foi marcada pelo presidente da Câmara, **Eduardo Cunha**, para o dia 17 de abril. O governo tem pressa e os cargos valem muito.

PARENTES

Também foi exonerado o sobrinho do relator do impeachment, deputado **Jovair Arantes** (PTB-GO). Algoz da presidente **Dilma**, ele tinha o sobrinho **Rogério Papalardo Arantes** à frente da Superintendência do Inmetro em Goiás. A exoneração saiu ontem no Diário Oficial.

NA MANGA

Quem vai ao gabinete do presidente da Câmara escuta que **Eduardo Cunha** tem um plano B, caso a presidente **Dilma** consiga se salvar do atual processo de afastamento. Ele vai abrir um outro processo de impeachment, aproveitando o pedido já protocolado pela OAB.

VERSÕES

O gabinete do deputado **Osmar Terra** (PMDB-RS) virou um QG da contagem de votos pró-impeachment. Pelos cálculos, ontem à tarde faltavam 10 votos para fechar os 342 necessários. No hotel à beira do Lago Paranoá, onde está hospedado, o ex-presidente **Lula** duvidava de tanta vantagem. Quem o visitou, encontrou um petista otimista.

COMBUSTÍVEL

A delação premiada da Andrade Gutierrez confirma as suspeitas da força-tarefa da Lava-Jato: financiamento oficial de campanha teve como fonte o pagamento de propina. A informação de que houve esse esquema na última eleição só piora a situação da presidente. O TSE pode demorar, mas ainda julgará denúncias de irregularidades contra a chapa **Dilma-Temer**.